

a

CONGRESSOS

Economia

- 3 DEZ 1984

Pacto social e renegociação da dívida, proposta dos empresários

por José Casado
do Rio

A recuperação da economia, constatada nos onze primeiros meses deste ano, não tem garantia de continuidade. O quadro favorável, também, não significa que a restrição externa tenha sido superada. Ao contrário: é necessário um esforço conjunto "em torno da construção de um novo pacto social desenvolvimentista" para que se resolvam os difíceis problemas que marcam, hoje, a vida nacional.

É o que diz — e propõe — o documento elaborado por setecentos líderes industriais que, durante toda a semana passada, estiveram reunidos no Rio, durante o Encontro Nacional da Indústria, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Esse documento será levado ao presidente eleito no Colégio Eleitoral, no próximo dia 15 de janeiro, "que, provavelmente, será o candidato Tancredo Neves" — segundo a avaliação de Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, primeiro vice-presidente da CNI.

São estas as principais sugestões desse documento, quanto à política econômica do próximo governo:

- Renegociação da dívida externa — "Para a retomada de um crescimento econômico duradouro, é imperativo superar os constrangimentos da dívida externa. Esta é uma questão da maior importância estratégica para o desenvolvimento do Brasil neste final de

século. A recuperação atual se dá no espaço aberto por uma recessão profunda, após a qual a restrição externa ao crescimento econômico ressurgirá inexorável. O crescimento econômico além do horizonte imediato requer mudanças nas atuais condições de pagamento da dívida externa, que resultem na transferência de uma fração muito menor da poupança nacional ao exterior. A indústria exige que a restrição externa seja subordinada a uma política econômica soberana, cujo objetivo inegociável seja o crescimento econômico compatível com as necessidades da sociedade brasileira."

- Política antiinflacionária — "Tendo atingido um patamar superior a 200% a.a., a inflação constitui atualmente um grave desestímulo ao desenvolvimento e à produção. Premia as atividades financeiras e especulativas e acentua a inequidade na distribuição da renda nacional. Apesar do traumatismo social que lhe é próprio, o combate à inflação terá de ser enfrentado pela sociedade brasileira com firmeza e equidade: A política ortodoxa e recessiva, além de ter-se demonstrado ineficaz, representa uma grave ameaça ao início da recuperação econômica e põe em risco a delicada estrutura social e política do País. E, portanto, o pacto social desenvolvimentista emergente que deve definir, no bojo de reformas monetária, cambial, fiscal,



Luis Eulálio de Bueno
Vidigal Filho

salarial e financeira, os contornos da política antiinflacionária dos próximos anos."

- Redução de juros — "No Brasil, a taxa de juros reais atingiu níveis absurdos, a ponto de tornar o crédito uma expropriação contratual. É imoral que uma taxa de juros real de 5/6% na economia mundial se transforme numa taxa cinco vezes superior, no Brasil, por conta das distorções existentes no sistema financeiro. Uma política agressiva para reduzir, a curto prazo, a taxa de juros reais é imperiosa. Sem ela, não haverá política econômica capaz de estimular a expansão duradoura da economia nacional, nem austeridade do setor público capaz de frear o crescimento autônomo de sua dívida interna bancária e mobiliária."

- O gasto público — "O papel tradicional do Estado na prestação de serviços públicos de educação, saúde, transporte urbano, saneamento, segurança, entre outros, tem sido insuportavelmente negligenciado no Brasil. É imperioso recuperar o investimento estatal nestas áreas de infra-estrutura social e urbana. Esbarra-se, no entanto, aqui, no déficit público que tem sido alvo de numerosas controvérsias. A sua magnitude efetiva é de difícil precisão. Porém, ela é certamente muito inferior ao déficit público nominal, como definido pelo FMI, o qual inclui a correção monetária do total da dívida interna bancária e mobiliária. Controvérsia à parte, é sem dúvida necessário manter sob controle o déficit público efetivo, pois este pressiona a inflação e a taxa de juros, além de hipotecar a arrecadação tributária futura. Por isso, a recuperação do investimento do Estado em suas áreas tradicionais de serviços públicos dependerá fundamentalmente da liberação de recursos propiciada pela diminuição dos juros reais sobre a dívida interna. Em virtude da magnitude desta dívida, esta é uma considerável fonte de recursos para a recuperação dos investimentos tradicionais do Estado. Outra fonte é, evidentemente, a maior eficiência e moralidade na administração pública em todas as suas instâncias. Esta é uma exigência explícita da sociedade brasileira."